

As obras literárias nos vestibulares e a construção curricular: o caso FUVEST

Roberto de Andrade Lota

Resumo: O objetivo deste trabalho é investigar como as avaliações dos vestibulares podem ser entendidas como agentes de transformação do currículo escolar do Ensino Médio. Como foco de investigação iremos nos deter no vestibular da Fuvest com a sua seleção atual por obras literárias escritas somente por autoras, sejam brasileiras sejam estrangeiras. A escolha por esta banca se deu pela quantidade de obras que elege por ano e pelo impacto social e político que as Universidades sob a tutela deste vestibular têm (como é o caso da USP). Nossa metodologia foi uma análise documental dos principais pontos do edital da Fuvest a partir de uma abordagem histórico-comparativa, a fim de engendrar uma crítica das motivações e dos resultados inerentes à lista de livros para o vestibular. Dentro disso, devemos ver tal escolha à luz de pelo menos quatro dimensões, atravessadas pelo gênero, pelo social, pelo literário e pelo currículo.

Palavras-chave: Obras literárias. Currículo. Fuvest. Literatura brasileira. Literatura estrangeira

Literary Works in University Entrance Exams and Curriculum: The Case of FUVEST

Abstract: The objective of this work is to investigate how university entrance exams can be understood as agents of transformation of the high school curriculum. Our focus will be on the FUVEST entrance exam and its current selection of literary works written exclusively by female authors, both Brazilian and foreign. This selection was based on the number of works chosen annually and the social and political impact that the universities under its jurisdiction have (such as USP). Our methodology was a documentary analysis of the main points of the FUVEST exam guidelines from a historical-comparative perspective, in order to develop a critique of the motivations and results inherent in the list of books for the entrance exam. Within this context, we must view this choice in light of at least four dimensions, encompassing gender, social issues, literature, and curriculum.

Keywords: Literary works. Curriculum. FUVEST. Brazilian literature. Foreign Literature

Introdução

Na semana do dia 20 de novembro de 2023, a Fuvest anunciou uma novidade na lista de livros obrigatórios para o seu vestibular a partir de 2026 até 2029: a presença apenas de obras escritas por mulheres, sejam brasileiras, sejam estrangeiras.

Um dos mais tradicionais e concorridos vestibulares do Brasil é a porta de acesso para a Universidade de São Paulo (USP), considerada uma das melhores do país. Para suas provas, a banca libera uma lista de autores com três anos de antecedência, o que é fundamental para que os alunos se preparem para o certame, a qual consta de 9 livros, divididos nos mais diversos gêneros textuais e literários, como poesia, prosa e canção.

Neste momento em especial, a antecipação da lista apenas com autoras explicita outro lado, para além do avaliativo e do classificatório: uma tomada de posição que tem, pelo menos, quatro dimensões - a curricular, a sociopolítica, a literária e a de gênero - como se confirma na fala da presidente do Conselho Curador da Fuvest e vice-reitora da USP, Maria Arminda do Nascimento Arruda, em entrevista ao G1: “Muitas delas foram alvo de décadas de invisibilidade pelo fato de serem mulheres”. Na mesma entrevista, Aluísio Cotrim Segurado, Pró-Reitor de Graduação da USP e membro do Conselho da Fundação, acrescenta que isso “é uma mudança corajosa, necessária, mas que não se afasta da qualidade que a lista da Fuvest sempre teve”.

Sob esse pressuposto de quatro dimensões, iremos demonstrar como isso desemboca no aspecto curricular, pois influencia a preparação dos alunos para o vestibular, que se dá, a rigor, ao longo de todo o Ensino Médio.

Em 2024, 114.432 candidatos se inscreveram para o vestibular da USP, um número maior do que o do ano passado, quando houve 110.775 inscrições. Em termos comparativos, a Fuvest fica apenas atrás do Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem, com quase 4 milhões de inscritos. Deve-se considerar, entretanto, que olhar apenas o número bruto não é o suficiente para compreendermos o alcance de um vestibular sobre o outro. Sabendo-se da dimensão econômica e social de São Paulo, bem como a concentração de universidades prestigiadas nesse estado, entende-se que o vestibular impacta fortemente o quadro de parcela significativa da população brasileira. Além disso, serve como referência de qualidade para demais instituições. Não é incomum, por

exemplo, que algumas obras literárias escolhidas pela Fuvest chancelem escolhas de professores em suas respectivas escolas, principalmente quando alguma obra é tomada como “não canônica” ou apresenta um tema considerado “sensível”: “as indicações do vestibular agem como uma função canonizante da própria literatura” (Dalvi, 2015, p. 216). Dentro desse aspecto, ainda há a necessidade premente que algumas escolas veem de validar seu ensino no resultado dos alunos nos principais vestibulares do Brasil. Assim, não é difícil concluir que a Fuvest é também um agente de interferência na construção curricular das escolas.

Diante disso, a nossa proposta é, no recorte da Língua Portuguesa e da Literatura, analisar se a escolha das obras literárias pelos vestibulares influencia a construção do currículo das escolas de ensino médio. Para tanto, usaremos como referência o vestibular da Fuvest, dada a sua tradição, a sua procura e a quantidade de obras que ela seleciona anualmente. Na segunda parte, iremos esmiuçar nossas reflexões sobre a Fuvest, apresentando o histórico das obras e motivações para as escolhas, a fim de verificarmos qual a coerência epistemológica sustentou as seleções. Na terceira parte, refletiremos sobre a recepção que a escolha das obras da Fuvest teve na sociedade.

1. Histórico e seleção

Percorrendo os vestibulares da Fuvest de 1989 até os dias de hoje, constatamos que tanto a quantidade de obras como os critérios de seleção sofreram alterações. Ao longo do tempo, houve 4 períodos distintos: o primeiro, que apresentou 5 obras entre 1989 e 1994; o segundo, com 10 obras entre 1995 e 2002; o terceiro, com 8 obras entre 2003 e 2006 e o quarto – e atual – com 9 obras a partir de 2007.

Olhados em conjunto, constatamos que a lista de 2023-2025 apresenta uma maior diversidade, apontando para uma mudança de perspectiva que aconteceu ao longo desses anos. Desde 1989, a Fuvest já se preocupa com a diversidade de gêneros literários, apresentando teatro, poesia e novela. Entretanto, é apenas recente a preocupação com autores que apresentassem diversidade de gênero, raça e classe. Mesmo na autoria de

gênero, a escolha por autoras se circunscrevia às mais canônicas, como Cecília Meireles e Clarice Lispector.

No que tange à autoria africana, a Fuvest iniciou o movimento com o Pepetela, em 2017, e o seu *Mayombe*. Em 2023, a Fuvest escolheu outro autor africano, o moçambicano Luís Bernardo Honwana, com a obra *Nós matamos o cão tinho*!. Publicada em 1964, a obra composta por contos é uma crítica à violenta colonização portuguesa na África, principalmente em Moçambique. Vale destacar que, embora a banca considere obras específicas de leitura, em seu edital não se prescinde do conhecimento de outros autores e períodos.

Em relação à literatura portuguesa, essencialmente autores como Camões e Eça de Queiroz deram a tônica. A presença da literatura portuguesa é, além disso, uma premissa presente desde o edital de 1989, justificando a presença tanto pelas origens históricas das literaturas quanto pela natural troca de saberes.

Olhando em conjunto, enxerga-se uma mudança no paradigma de seleção de obras que sempre pareceu, se por um lado corajoso, por outro, tímido, uma vez que a predominância sempre se deu com autores canônicos, eminentemente brancos, de estética europeia. Mesmo autores cujas temáticas e estéticas buscavam a originalidade e a transgressão, como Mário de Andrade, Machado e Rosa, tiveram suas obras submetidas a um processo de assimilação de valor que os colocaram como representantes de uma dada tradição literária.

Mas o que isso tudo significa? Quais foram os movimentos que a Fuvest fez e quais são os impactos disso para o vestibular e para o ensino?

2. Motivações para as escolhas atuais

A partir de 2026, a lista de obras da Fuvest iniciará um novo percurso. Com a presença iminente apenas de escritoras, essa posição causou cisão nas reflexões acadêmicas sobre quais deviam ser as motivações nas escolhas literárias e quais seriam os impactos dessas seleções no currículo do Ensino Médio. A discussão acaba por revelar a percepção que o currículo é também uma ação política, de maneira que a análise da escolha das obras, considerando suas implicações e motivações, devem ir além do estudo

literário. LOPES (2011), discutindo as ideias de Apple, aponta para como o currículo pode materializar e recriar “a hegemonia ideológica de determinados grupos dentro da sociedade, revelando com isso que as escolhas pedagógicas e os conteúdos ensinados acabam por explicitar um *ethos* social, ao menos daquele tempo” (Lopes, 2011, p. 31).

Para melhor compreendermos as implicações de tais escolhas, elencamos as obras que serão trabalhadas a partir de 2026 na Fuvest.

Lista de 2026

Opúsculo Humanitário (1853) – Nísia Floresta; *Nebulosas* (1872) – Narcisa Amália; *Memórias de Martha* (1899) – Julia Lopes de Almeida; *Caminho de pedras* (1937) – Rachel de Queiroz; *O Cristo Cigano* (1961) – Sophia de Mello Breyner Andresen; *As meninas* (1973) – Lygia Fagundes Telles; *Balada de amor ao vento* (1990) – Paulina Chiziane; *Canção para ninar menino grande* (2018) – Conceição Evaristo; *A visão das plantas* (2019) – Djamila Pereira de Almeida.

Sobre as autoras, vale um comentário sobre Rachel de Queiroz. É um ponto de destaque a não inclusão do famosíssimo *O Quinze*. A banca entende a importância da autora, mas acredita alargar o repertório de leitura dos alunos com duas obras menos famosas do que o romance inaugural da então jovem escritora cearense. Esse ponto é importante quando olhamos o todo. Assim também se fez no caminho de Clarice Lispector. Seus livros de contos (como *Laços de Família*), o seu romance inaugural (*Perto do coração selvagem*) ou sua obra *A Hora da Estrela* (constante em listagens anteriores) são obras notoriamente conhecidas, lidas, interpretadas e escolhidas como leitura obrigatória em várias escolas. Já o *A Paixão Segundo G.H.*, embora conhecido (principalmente pela arqui-famosa cena da barata), é uma obra mais complexa, de grande densidade filosófica, demarcando a maioria estética de Clarice. Ou seja, mesmo nas escolhas de duas obras de autoras consagradas e presentes no cânone literário, a Fuvest optou por suas obras menos óbvias.

Evidentemente os professores discutirão em aula tanto *O Quinze* quanto *Perto do Coração Selvagem* (curiosamente obras de estreia de ambas as autoras). O raciocínio aqui

embutido é que a lista de livros pode ser uma sugestão de caminhos de leitura ou mesmo uma tentativa de reflexão de um *corpus* e de um cânone, sem necessariamente ser a portadora de um conjunto definitivo e imutável de leitura.

A situação da seleção das obras muda em 2029, voltando a autoria masculina com Érico Veríssimo, Machado de Assis e Luís Bernardo Honwana, três autores que já apareceram em outros momentos na história da Fuvest. Um ponto de atenção é que, mesmo com o retorno dos homens (com 3 obras), pela primeira vez haverá mais mulheres (com seis obras).

Ao final, o que isso significa? Como isso tudo se relaciona com as discussões curriculares? Para iniciar nosso estudo, partamos da nota que a Fuvest liberou explicando os motivos das suas escolhas:

A FUVEST renova sua lista de leituras obrigatórias para o vestibular, apresentando, inclusive, uma nova lista para 2026, em lugar daquela que fora publicada anteriormente. (...) A renovação se justifica pela necessidade de se valorizar o papel das mulheres na literatura, não apenas como personagens, mas como autoras. “Muitas delas foram alvo de décadas de invisibilidade pelo fato de serem mulheres”. (...)

Segundo Gustavo Ferraz de Campos Monaco, Diretor Executivo da FUVEST, a escolha pelo predomínio de autoras mulheres na nova lista não nega a literatura feita por homens, que é e continuará a ser essencial: “trata-se, antes, de trazer a público e valorizar o que, muitas vezes, ainda não se conhece, e de destacar a importância das mulheres no cânone, em diferentes períodos históricos, nos mais variados gêneros literários, com perspectivas diversas. Esta é, assim, uma lista que posiciona a literatura como uma ferramenta de reflexão e transformação social.

Além dessa concepção do currículo como campo de disputa e a busca por retirar da invisibilidade autoras essenciais da literatura, Gustavo Ferraz de Campos Monaco, Diretor Executivo da FUVEST, comenta o fato de a lista se iniciar na escola literária do Romantismo (período normalmente ensinado ao final do primeiro ano ou no início do segundo ano do Ensino Médio). Na concepção da banca, isso não prejudicaria os alunos em preparação, afinal, as escolas teriam tempo para se organizarem. Em outras palavras, a banca diz ter uma preocupação objetiva de que tais mudanças não interfiram nem no processo avaliativo proposto pela prova nem no processo de aprendizagem, percebido no currículo, quando entendido como na dimensão dada pelas teorias dos dois últimos séculos, ou seja, “a grade curricular com disciplinas/atividades e cargas horárias, o

conjunto de ementas e os programas das disciplinas/atividades, os planos de ensino dos professores, as experiências propostas e vividas pelos alunos” (Lopes, 2001, p. 19).

3. Recepções

A recepção dessa escolha não ocorreu sem gerar controvérsias.

A escritora Joana Monteleone, doutora em história pela USP e fundadora da Alameda Casa Editorial, em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*, critica uma a escolha de obras com 100% de autoria feminina, pois, embora reconheça a predominância masculina em muitos anos, crê que a exclusão de alguns autores fundamentais e fundantes da literatura brasileira é negativa à formação dos alunos. No caso de Machado de Assis, Monteleone aponta para a perda de três anos sem o estudo da obra do autor: “Agora, finalmente, Machado é reconhecido como um autor negro, depois de anos em que isso foi omitido”.

A ideia de excluir autores fundadores do que entendemos hoje ser literatura brasileira é algo “grave”, segundo outros estudiosos. No dia 13 de dezembro de 2023, mais de 100 professores, entre eles Alcides Villaça, João Adolfo Hansen, Leyla Perrone Moisés e Marilena Chauí e Marisa Lajolo, assinaram uma carta aberta criticando o critério de escolha da Fuvest por apresentarem, segundo eles, problemas no conhecimento discente. Eles consideraram alguns critérios, entre eles, gênero, raça, presença no cânone, valor estético, período e gêneros literários.

Em relação ao “critério de seleção de um único perfil de autoria”, a Carta, além de endossar a perda da não inclusão de Machado de Assis, entende a escolha como uma forma de dissensão, afinal, exclui “escritores negros, a representação LGBTQIAPN+ e a dos povos indígenas”. A Carta observa aqui aspectos relativos ao momento da produção das obras:

A transferência de um princípio contemporâneo para a seleção de obras de diferentes estilos e épocas corre ainda o risco de exigir das autoras um objetivo que não propunham em seu momento histórico ou, se sim, certamente o fizeram de modo distinto dos valores atuais (sem página/ Carta Aberta¹).

No que tange ao gênero literário, a Carta argumenta que autores ser essencial obras que tenham uma proposta efetivamente literária:

Em curto prazo, perdem-se habilidades que o estudo de literatura proporciona: a indissociabilidade entre a escrita e a interpretação; a promoção da cidadania – a fruição estética, a capacidade crítica de ler o mundo e o senso de alteridade (sem página/ Carta Aberta).

Considerando os argumentos da Carta Aberta e levando em conta sua consistência, há um ponto solto que suscita uma reflexão: até que ponto uma lista de obras conseguirá contemplar toda a pluralidade? A Unicamp, nos seus vestibulares de 2024 2026, adotará o escritor indígena Ailton Krenak, com o seu *A vida não é útil*, obra composta por textos em formato de palestra, entrevistas e *lives* feitas pelo autor entre 2017 e 2020. No mesmo ano, adotou *Alice no país das maravilhas*, obra considerada infantojuvenil. Nota-se o movimento de ampliação do gênero, do escopo e da proposta, mas ainda assim sempre há a falta da totalidade. Talvez a pergunta não seja se as listas contemplam tudo ou não, mas o que elas sugerem, quais discussões elas suscitam quando parte de uma para outra proposta.

As obras literárias podem ser lidas em qualquer tempo, sem o necessário contexto. Caso isso não fosse possível, seria necessário ter todo um conhecimento histórico para obras como *Guerra e Paz* ou *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Evidentemente que o contexto contribui para a extensão interpretativa da obra, mas não é imprescindível para a leitura de livros. Eventualmente, tais contextos podem vir *a posteriori*, caso um aprofundamento interpretativo seja do interesse do leitor. Ítalo Calvino, em seu “Por que ler os clássicos”, afirma no prefácio que um clássico “é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer” (CALVINO, 1991, p. 11).

¹ Em carta aberta, professores e críticos questionam lista de livros da Fuvest para vestibular da USP. Viomundo, 14 jun. 2023. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/voce-escreve/em-carta-aberta-professores-e-criticos-questionam-lista-de-livros-da-fuvest-para-vestibular-da-usp.html>. Acesso em: 27 dez. 2025.

Na mesma entrevista à Folha, Jurassy Assmann Saraiva, pós-doutora em Teoria Literária pela Unicamp, critica a escolha de autoras femininas por si mesmas. Em sua opinião, isso retiraria parte do valor literário das obras, afinal elas só estariam ali presentes pelo fato de terem sido escritas por mulheres, assim, em seu entendimento a decisão é “preconceituosa em relação às próprias escritoras mulheres, cujas obras não dependem de um processo seletivo de vestibular para serem valorizadas e para afirmarem sua qualidade estética”.

Em resumo, os pontos são: i) a exclusão de outros autores fragiliza a formação discente; não se contempla demais diversidades, focando em apenas um tipo de representatividade (no caso, a feminina); desconsidera-se o valor literário para focar em outros aspectos, como os sociais.

Para debatermos a partir daqui, partamos da fala de Jurassy Assmann Saraiva, ao dizer que uma escolha exclusivamente de autoras seria uma forma de preconceito. O primeiro ponto aqui é entender a dimensão política do vestibular e de que modo ele tenderá, a depender de seus interesses, basear-se numa dada epistemologia. Neste ponto, devemos recorrer ao conceito de “imagem de controle” termo que dá nome à obra de Winnie Bueno, a qual discute o pensamento de Patrícia Hill Collins.

Na obra, entende-se a “imagem de controle” como a construção de um imaginário sobre a mulher negra na sociedade, normalmente estereotipando-as em algumas camadas, como a “mammy”, “a mãe que depende do Estado”, a “matriarca negra” e a “prostituta”. Em conjunto, tais imagens fixam conceitos e validam um poder, demonstrando a potência e a continuidade na sociedade.

Embora a Collins enfoque questões relativas à mulher negra, usemos seu conceito para estender o caso às mulheres em geral, seguindo a perspectiva investigativa que estamos aqui elaborando.

Assim, entende-se que a inserção das autoras pela Fuvest não é uma mera escolha literária, mas sim um ato que atravessa o político e o cultural. Quando se selecionam mulheres como Djamilia Ribeiro, discute-se o papel da mulher na sociedade, mormente sua condição de subserviência. Os textos de Conceição Evaristo, ao tocarem em muitos dos estereótipos que Winnie (citando Collins) usa, derruba uma visão que tende a normalizar o estado da mulher, principalmente negra. Trazer uma autora como Rachel de

Queiroz, principalmente com sua obra menos previsível, como *O Quinze*, abre-se espaço tanto para a sua biografia (autora que se lança ainda jovem, com 17 anos, foi a primeira mulher eleita para a ABL) quanto para o seu valor literário. Escolher Chiziane é também uma forma de, ao se abordar a literatura moçambicana, unir em certa sororidade a pluralidade das existências femininas e construir uma narrativa em que a mulher não é só narrada à perspectiva do homem, mas toma as rédeas da narrativa seja como autora seja como personagem.

Na discussão sobre a presença de demais diversidades e alteridades, podemos lembrar que algumas Universidades do sul do país foram têm esse viés. Sem chegar a 100% das suas obras com autoras, esse movimento de ampliação da presença das mulheres aconteceu na Universidade Federal de Santa Catarina, em 2020, e pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2021, que realizaram a paridade de gênero.

Diante disso, considerando as visões que ora se apresentam, devemos pensar até que ponto essa escolha inclui mais do que exclui?

Elizabeth Macedo discute sobre os critérios de exclusão, ampliando a discussão para o campo da teoria curricular, ao afirmar que ela, um lugar de constante disputa, apresenta, na aparente unicidade, uma totalidade e um pluralidade que está em constante luta política. Tal luta

se faz por meio de articulações que não apagam as diferenças, mas produzem ficções que, nomeadas, acabam convocadas aqui e ali. Assim, as tradições migrantes do pensamento curricular que vou mobilizar são um conjunto não orgânico de demandas que, mesmo criando uma sensação de totalidade, são sempre outras ao serem mobilizadas em novos contextos. **Apenas sob rasura é possível mobilizá-las como tradições.** (Macedo, 2017, p. 540) [Grifos nossos]

Em seu texto, a autora argumenta sobre como a teoria curricular pode mostrar o que está escondido ou mesmo invisível dentro da experiência escolar e, para isso, não pode ser apenas uma mera reprodução do que é conhecido. Em seu texto, a autora cita um “outro” que participa do processo de construção axiológico, mas que não deve ser compreendido como um ser de todo conhecido e delimitado, mas sim portador de mundividência própria, que desconhecida ou não convencional, desestabiliza a lógica tradicional, essencialmente presa à crença humanista do saber como a panaceia do mundo.

Dentro da mesma lógica de pensamento, Macedo demonstra que o conhecimento do outro não pode ser sujeitado, sob pena de destruir sua ontologia: “Se a violência do reconhecimento é, por vezes, inevitável, ela nunca é justificável como projeto educativo” (Macedo, 2017, p. 541).

Levando essa reflexão à escolha das obras literárias pela Fuvest, parece-nos que essa é a premissa: romper com a sujeição epistemológica e axiológica na construção da visão de mundo. Não nos parece que a prova queira desmerecer demais autores ou dizer que outros sejam menos importantes, mas sim i) trazer perspectivas novas, complexando visões que potencializam o surgimento do inédito; ii) levantar a discussão sobre a diversidade dentro do campo literário.

Ainda pensando com Macedo, podemos insistir se a inclusão por si só é benéfica. A autora afirma:

[As polarizações] são já efeitos do poder sobre os fluxos de significação, não são, portanto, nunca, apenas posições que, se somadas, garantem uma proposta melhor porque mais inclusiva. A inclusão é uma estratégia perversa da exclusão: ela visa a excluir a própria possibilidade da exclusão (Macedo, 2017, p. 541).

Mas por que a inclusão pode ser uma "estratégia perversa"? Para a autora, se essa inclusão não for capaz de, por exemplo, deter-se com minúcia nas questões estruturantes que formam os estados de exclusão, não mais se terá senão a gratuidade de formas e temas, que, em verdade criarão uma aparência de igualdade, pois tais ações não serão capazes de fomentar transformações essenciais.

No campo da prova da Fuvest, e, considerando sua proposta central, a escolha das obras escritas apenas por mulheres precisa vir como tema e como fio condutor, ao nosso ver, não apenas nas prova de linguagens, mas perpassar por outras obras e matérias, a fim de que o tema não seja tratado apenas como uma escolha para “agradar o público”, mas seja tomado como uma proposta de reflexão social conjuntamente entre as disciplinas. Mas do que isso, a epistemologia, a mundividência e os aspectos únicos propostos pelas autoras precisam aparecer nas questões, ao lado de seu valor literário, demonstrando a integridade e iterabilidade de processos, ampliando seu alcance e impondo novas formas de leitura e interpretação.

Ressaltamos igualmente a importância do olhar literário e gramatical, pois as autoras estarão dentro de uma prova de linguagens, isso significa dizer que não pode se restringir somente ao âmbito de gênero e da sociedade, embora delas não se possa prescindir. Assim, a prova poderá atingir o seu potencial maior e não fazer da inclusão mais uma forma de exclusão.

Voltando à matéria da Folha de São Paulo, a professora de Metodologia do ensino de Língua Portuguesa da Faculdade de Educação da USP, Neide Luzia de Rezende vai por um outro caminho quando analisa a mudança da lista de obras da Fuvest. Para ela, o aspecto político, social e cultural é óbvio, não só porque há a presença de “autoras que têm uma militância, cujas obras se situam nesses movimentos de resistência contra uma cultura branca, hegemônica” quanto entende, por isso que é “uma lista totalmente feminista e antirracista”. Além disso, a sua conclusão toca diretamente na discussão curricular, principalmente no caso da exclusão de Machado de Assis, autor que esteve presente praticamente em todos os vestibulares da Fuvest desde a adoção de obras de leitura obrigatória: “A exclusão desses cânones não quer dizer que eles deixarão de ser estudados nas escolas. É uma lista de vestibular, não o currículo do ensino médio”. A conclusão da professora toca diretamente na relação entre o vestibular e o currículo. E, exatamente por não ser, é que o vestibular pode ser um agente de aceleração das pautas curriculares, pois ele é uma perspectiva sobre o todo e não o universal do ensino e do conhecimento.

Essa agência só ocorre porque as Universidades enquanto as Universidades tiverem autonomia em sua seleção. Autonomia, contudo, não é sinônimo de insulamento, visto haver profunda relação entre os segmentos da Educação básica e do nível superior. Eles não são estanques, mas escola e Universidades devem viver no dialogismo.

Outro ponto central é que o pedagógico não pode esconder o social e o político. Quando entendemos que as escolhas das obras literárias seguiram um cânone motivado por critérios que muitas vezes silenciaram outras vozes e epistemologias, podemos pensar que esperar somente o tempo faça acontecer as mudanças é, no mínimo, ingênuo. Evidentemente ações precisam ser feitas. Talvez o exemplo mais claro seja a Lei 11.645/8 que estabelece a obrigatoriedade de ensino de cultura e história tanto afro-brasileira quanto indígena, em todas as escolas públicas e particulares no ensino fundamental e no

ensino médio. Num país com o histórico escravista como o Brasil, com o epistemicídio (para falar como o sociólogo Boaventura de Sousa Santos) do saber negro, uma Lei (11.645/08) precisou ser promulgada para a questão ser posta em debate. Entretanto, como esse saber pode ser legitimado? A presença dele em avaliações como o vestibular chancela sua escolha, seu estudo e, de alguma forma, seu ensino. Tal manutenção e consequente previsibilidade faz com que entre nos livros didáticos e, enfim, forme um cânone, modificando assim um quadro tanto social quanto pedagógico. É nesse sentido que a Universidade com seus vestibulares pode contribuir de forma decisiva para a modificação curricular, pois acelera a mudança.

Ainda assim resta a pergunta sobre a diversidade ideal e o cânone mais tradicional ter sido, digamos, solapado. Vamos a elas.

É preciso, inicialmente, entender que a Fuvest é somente um dos vestibulares brasileiros. Mesmo dentro do estado de São Paulo, ela ainda divide espaço com a Unicamp, que, a seu turno, cobra muitas obras distintas. Independentemente disso, a Fuvest faz um movimento de mudança, de reflexão, que açula o debate e tenciona certas opiniões. Nota-se que ela opta pela presença unicamente de autoras somente nesses próximos três anos, resgatando outros autores do cânone brasileiro (Machado de Assis e Érico Veríssimo) e um autor moçambicano que debate a colonização e as questões raciais na África (Luís Bernardo Honwana).

Parece-me falha não haver a presença de autoras indígenas, uma vez que nove são as obras e nisso a diversidade não foi alcançada em sua potência. Mas talvez devamos olhar a Fuvest não apenas como uma prova, mas como um texto, em que seus vestibulares são capítulos. Ao longo de décadas, como vimos, muito foi modificado, sem prescindir do valor do autor, ainda que possamos pensar se todos são pertencentes ao campo literário ou não. Assim olhando como um texto com seus capítulos, vemos uma proposta de transformação que pode ser saudável, que desestabiliza o marasmo do currículo das escolas, mas sem transgredir, a seu turno, os conteúdos propostos pela BNCC. A medida, ao cabo, parece válida, talvez porque esteja circunscrita a um tempo e porque a Fuvest divide espaço com outros vestibulares, que, a seu turno, também atuam na preparação docente, bem como caminham junto com a escola, ampliando saberes que, inevitavelmente são restringidos no vestibular.

Dalvi, sobre o alcance do vestibular na formação dos alunos e do currículo afirma que

o vestibular não se propõe nem a formar leitores, nem a consignar programas e currículos, nem a moldar propostas didáticas, nem a engendrar práticas de avaliação no contexto escolar – tudo isso são desdobramentos secundários e indiretos de sua finalidade inicial. Desse modo, as críticas que aqui são organizadas, frente aos modos como a literatura aparece nos vestibulares e às implicaturas disso, levam em conta que qualquer análise do vestibular não pode supor que o exame possua, *a priori*, uma má-intenção quanto ao desenvolvimento ou não de saberes literários, no contexto escolar. Pelo contrário: considerando possíveis contribuições que a presença da literatura no exame vestibular poderia dar ao trabalho pedagógico com o texto literário na escola, inquietam-nos com o fato de todo esse trabalho parecer unicamente devotado aos moldes e modelos desenhados no e pelo vestibular (Dalvi, 2015, p. 218).

A autora se inquieta com o fato de o vestibular ser a referência quase que em devoção na formação discente. Ao longo do seu estudo, ela problematiza a lógica de legar ao vestibular a missão de formar leitores “o vestibular não tem o papel de ‘formar leitores’ nos mesmos parâmetros que o processo educacional na educação básica” (Dalvi, 2015 p. 221). Ou seja, ela enxerga o poder norteador que uma lista de obras literárias de um vestibular possa ter, mas isso não impede (e nem deve impedir seja qual lista for) que a escola percorra outros caminhos de leitura.

Considerações finais

A escolha da Fuvest por obras de autoras gerou um debate que atravessou os aspectos literários, atingindo também a dimensão no gênero, na sociedade e no currículo. Os acadêmicos, críticos e professores se dividiram diante disso, alegando dois lados opostos: o primeiro é que tal seleção exclui mais do que inclui – por retirar autores fundamentais como Machado de Assis; o segundo visa apresentar vozes inviabilizadas e quebrar uma hegemonia essencialmente branca, europeia e masculina, valorizando outras epistemologias e cosmovisões.

Neste contexto, o vestibular da Fuvest estaria cumprindo uma das funções que levantamos em nosso texto, que é de ser um acelerador das discussões curriculares e um

elemento de canonização de seleções. Isso não significa dizer que o vestibular deva ser tomado como norma sem que haja reflexão, mas sim entendido como uma proposta possível de transformação capaz de ampliar a percepção sobre o fato literário e, em último grau, o currículo.

O fato de haver inúmeras Universidades que se valem das mais diferentes bibliografias para o ingresso e pelo prestígio e formação que as instituições federais e públicas apresentam, acreditamos que essas escolhas, por serem diversas, movimentam as discussões e fomentam um olhar crítico sobre o currículo escolar. A Fuvest, com a sua seleção, apresenta uma perspectiva curricular, afirmando que ele, o currículo, deve ser sempre inclusivo e reflexivo.

Referências

BUENO, W. *Imagens de controle: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins*. Rio Grande do Sul: Zouk, 2020.

CALVINO, Ítalo. Por que ler os clássicos; tradução Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 11.

DALVI, Maria Amélia; SCHWARTZ, Cleonara Maria; TRAGINO, Arnon. A literatura no vestibular: traços de seu histórico e olhares recentes. *Via Atlântica*, São Paulo, n.º. 28, 215-230, Dez/2015.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. *Currículo: debates contemporâneos*. São Paulo: Cortez, 2011.

MACEDO, Elizabeth. *Mas a escola não tem que ensinar?* Currículo sem Fronteiras, v. 17, n. 3, p. 539-554, set./dez. 2017.

Recebido em: 20 de novembro de 2025.

Publicado em: 28 de dezembro de 2025.